

Langoni, falando sobre o pacote: “É apenas o começo”.

Esse “pacote” anunciado ontem é o começo de uma série de decisões que o governo ainda vai tomar. É, segundo o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, “o primeiro passo importante, coerente e corajoso para a adoção de outras medidas que certamente terão de vir, principalmente com a quebra da relação automática entre inflação passada e futura, o que constitui o objetivo do processo de desindexação da economia brasileira”.

Desindexação significa expurgar os índices, caso do INPC e da ORTN, por exemplo, com o objetivo de evitar o aumento da inflação. “Desindexar”, afirma Langoni, “é quebrar o vínculo entre a inflação passada e a futura”. Por isso, segundo o presidente do Banco Central, qualquer novo avanço na política antiinflacionária dependerá da desindexação:

— E não se pode promover um processo de desindexação parcial. Haverá uma expectativa precipitada de que o governo poderia aplicar essa desindexação somente sobre os ativos financeiros. Isso seria um grave erro. O processo de desindexação deve ser feito a partir do controle efetivo das causas da inflação e da definição clara da política salarial.

Com os reajustes salariais sob controle, o presidente do Banco Central afirmou que a desindexação dos ativos financeiros será “quase que automática e sem trauma maior”. Argumentou que a indexação aplicada aos salários transmite a inflação passada dos últimos seis meses para o futuro, enquanto a correção dos ativos financeiros é, pelo contrário, fixada com até um mês de antecedência.

Langoni previu o apoio da sociedade ao “pacote” por atender ao “anseio da população, que não aceita continuar a conviver com a inflação anual de 120% e situação de desemprego”. Ressaltou que o corte nos gastos públicos traz embutido o combate ao desperdício e à ineficiência. “As medidas estão voltadas para o fortalecimento da economia de mercado e da iniciativa privada, com o objetivo de dar maior eficiência à economia como

um todo. Criam condições para a trajetória de ajustamento da economia, com base na retomada equilibrada da atividade produtiva”

Por considerar a questão salarial “fundamentalmente política”, Langoni enfatizou o apoio a mudanças nas regras salariais “de um segmento importante da sociedade, os empresários com direito a voto no CMN”, que reconheceu também a necessidade de romper o vínculo entre a inflação passada e a inflação e, em consequência, disse que só pode esperar do Congresso Nacional capacidade para “encaminhar uma solução que atenda aos interesses do País”.

Para o presidente do Banco Central, a manifestação unânime do setor privado no CMN abre perspectiva para as negociações em busca do consenso e da compreensão acerca das mudanças necessárias na política salarial. Os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvães, prometeram empenho a favor da desindexação, mas não quiseram assumir compromisso algum junto aos representantes do setor privado no CMN.

Langoni disse que, além do decreto-lei do governo, existe no Congresso o projeto apresentado pelo senador Roberto Campos (PDS-MT) e muitas outras idéias em debate “que podem ser adotadas de forma efetiva e eficaz”. Depois da desindexação dos salários, explicou que será fácil adequar a correção monetária dos ativos financeiros a qualquer mudança ou tendência da inflação. Porém, por enquanto, assegurou que fica mantida a regra de vinculação entre inflação e as correções monetária e cambial, de acordo com a Resolução nº 802.

Segundo o presidente do Banco Central, a redução aprovada nos subsídios do crédito somará cerca de Cr\$ 800 bilhões nos próximos 12 meses. Ele previu ainda que a elevação dos encargos do crédito rural reduzirá em Cr\$ 250 bilhões a demanda, a partir da estimativa de que 10% do atual saldo de aplicações rurais de Cr\$ 2,5 trilhões não serão tomados por produtores que efetivamente não têm na agricultura a sua atividade principal.